



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços contínuos de apoio administrativo na área de operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxx.

Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. **XXXXXXX**, estabelecida na Av. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXX**, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, **XXXXXXXXXX**, portadora da Carteira de Identidade n. **XXXXX** SSP/xxx e do CPF n. **XXXXXX** doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. **xx/2019**- Processo Administrativo SEI 0003219-74.2019.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Resolução n. 23.234/2010-TSE, de 25.03.2010, subsidiariamente pela Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019, pelas Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2012, bem como com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar **serviços contínuos de apoio administrativo na área de operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS**, conforme as condições estipuladas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. **xxx/2019**;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução dos serviços se dará por regime de tarefa, conforme descrito no Termo de Referência, e ocorrerá mediante a disponibilização de profissional da empresa contratada para atuar em unidades da Justiça Eleitoral, sediadas no município de Campo Grande/MS.

2.2. Para a execução do objeto contratual, a empresa contratada deverá dispor de profissional (is), que será (ão) colocado (s) à disposição do TRE/MS, para realização das atividades concernentes ao objeto da contratação, sob regime de tarefa.

2.3. Os serviços a serem executados foram subdivididos em três itens, de acordo com o tempo estimado de duração da execução (jornada):

- a) até 3 (três) horas: compreendem a maior parcela dos eventos previstos a serem atendidos com a presente contratação, contemplando, principalmente, as sessões plenárias do TRE/MS;
- b) superior a 3 (três) horas e de até 5 (cinco) horas: compreendem eventos de média duração, previstos a serem realizados em período parcial (ex.: matutino, vespertino ou noturno); e,
- c) superior a 5 (cinco) horas e de até 10 (dez) horas: compreendem eventos em período integral (ex.: matutino e vespertino).

2.4. A prestação dos serviços ocorrerá, via de regra, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre as 7h00min e as 22h00min, que será considerado como expediente do Tribunal para fins desta contratação.

2.4.1. A prestação dos serviços poderá ocorrer fora dos dias e horário indicados, a depender da necessidade do serviço.

2.5. A requisição de serviço será encaminhada à empresa contratada por meio de mensagem de correio eletrônico (e-mail), para endereço eletrônico informado pela contratada para essa finalidade, conforme indicado no item 7 do CAPÍTULO IV – OBJETO do Termo de Referência.

2.6. O detalhamento dos serviços a serem realizados estão dispostos no **CAPÍTULO V – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS e ATRIBUIÇÕES** do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução dos objetos será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo pagos valores por tarefa, correspondente à prestação regular dos serviços.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de **vigência** deste contrato é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições contidas no art. 57 da Lei nº 8.666/96.

4.2. As prorrogações de prazos, de início e término do serviço, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

5.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor total desta contratação é de R\$ xxxxx (xxx), conforme valores abaixo:

Item 01	Descrição do serviço	Unidade	Qtde. Total	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

subitem 01	Operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS - jornada de até 3 (três) horas	Serviço	120		
subitem 02	Operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS - jornada superior a 3 (três) horas e de até 5 (cinco) horas	Serviço	10		
subitem 03	Operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS - jornada superior a 5 (cinco) horas e de até 10 (dez) horas	Serviço	6		
TOTAL GLOBAL					

6.2. Deverão estar inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes e outros que compõem sua tabela de custos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

6.3. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 65, I, b, c/c 65, § 2º, II, ambos da Lei 8.666/93, estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Nível de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho e na Rotina de Execução e demais exigências do Termo de Referência.

7.1.1. Nenhum pagamento será efetivado com base exclusivamente em quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, se aplicável.

7.2. O pagamento dos serviços efetivamente prestados será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada dos documentos probatórios da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações, com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento, quais sejam:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante.

7.2.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados somente será efetuado mediante comprovação:

a) pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, ou do faturamento ou da prestação do serviço, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b) cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração ou do mês do faturamento ou da prestação do serviço.

7.3. A nota fiscal relativa aos serviços deverá informar e descrever o seu objeto como “prestação de serviços de apoio administrativo na área de operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual do TRE/MS”, com a indicação dos itens de serviços executados, respectivas quantidades e valores unitários e total, tendo por referência os

resultados e valores advindos dos relatórios do ANS - Acordo de Nível de Serviço.

7.4. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

7.5. A nota fiscal será emitida mensalmente, compreendendo os serviços prestados no mês imediatamente anterior.

7.6. Para fins de emissão da nota fiscal deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) a empresa contratada deverá providenciar a emissão da Nota Fiscal/Fatura e a sua apresentação à fiscalização até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida conforme item 7.1 acima;

a.1) Na nota fiscal deverão estar indicados:

a.1.1) o(s) item(ns) de serviços executados, conforme quadro da cláusula 4 do Capítulo IV do Termo de Referência;

a.1.2) a quantidade de prestações de serviços no período de referência;

a.1.3) os valores unitário e total relativos a cada item executado;

a.1.4) o valor do desconto a ser efetuado, se for o caso, decorrente do(s) resultado(s) do(s) Acordo(s) de Nível de Serviço relativo(s) a cada prestação, encaminhado(s) pela fiscalização à empresa contratada;

a.1.5) o valor final a ser pago à empresa, correspondente ao somatório dos valores dos serviços executados, deduzido do desconto previsto.

7.7. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Termo de Referência, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

7.8. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças;

b) os responsáveis pela fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais procederão à análise dos documentos pertinentes, em especial daqueles mencionados no item 7.2 desta Clausula, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da Fiscalização, e, após, farão o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

c) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.9. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.9.1. O fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas deverá ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.9.2. O pagamento mensal ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados.

7.9.3. A retenção ou glosa no pagamento à contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a contratada:

a) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas; e

b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.9.4. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço – ANS anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho e Definição da Rotina de Execução.

a. Nenhum pagamento será efetivado com base exclusivamente em quantidade de horas de serviço.

b. Quando houver necessidade de pagamento proporcional (pro rata), os valores

serão calculados considerando o mês comercial com 30 (trinta) dias.

c. À época da efetivação do pagamento, caso a garantia estiver vencida ou ainda não tiver sido apresentada, a contratada ficará passível de penalidade de RESCISÃO.

7.10. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.11. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

7.12. A retenção ou glosa no pagamento à contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a contratada:

- a) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e
- b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.13. Nos termos do disposto no inciso VIII do art. 17 da Resolução TSE nº 23.234/2010, a nota fiscal ou fatura não será paga, no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.14. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365$ " $I = (6/100) / 365$.

7.15. O contrato poderá ser reajustado, de acordo com o §1º do Art. 2ºc/c § 1º do art. 3º da Lei 10.192/01, após o transcurso de 12 (doze) meses de vigência; com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado no período.

7.16. A contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.17. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

7.16. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

7.17. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

7.18. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou

para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor(a) especialmente designado, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

8.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

8.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

8.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte operacional dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência, deste Contrato e demais anexos, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

8.5. Ao identificar algum descumprimento ou cumprimento em desacordo com as obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito, via fax/e-mail, desde que comprovado o efetivo recebimento por meio de atesto da contratada, registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente, prazo para correção de qualquer inconformidade.

8.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

8.6. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

8.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

8.7.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

8.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

8.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

8.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

8.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência.

8.12. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.13. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material clipado cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada e o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados.

9.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

9.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.6. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Contrato e no Termo de Referência.

10.2. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.

10.3. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.

10.4. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização do TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

10.5. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.

10.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

10.7. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

10.8. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.9. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

10.10. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

10.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

10.12. Nomear preposto para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a fiscalização do contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.

10.12.1. O preposto será responsável por:

- a. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;
- b. Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do contratante, segundo determinação da fiscalização, dentro dos limites do contrato;
- c. Reportar-se à fiscalização quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;
- d. Receber as observações da fiscalização, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;
- e. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- f. Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;
- g. Inspeccionar a execução dos serviços, bem como o uso dos trajés requeridos dos profissionais;
- h. Fornecer número telefônico fixo ou móvel e endereço de correio eletrônico, objetivando a comunicação por parte da fiscalização no que tange aos serviços contratados;

10.13. Orientar e instruir o(s) seu(s) profissional(is) quanto ao cumprimento dos horários de execução fixados pelo contratante, das atribuições e das normas gerais de conduta, especialmente, as descritas na cláusula 13 do Capítulo V do Termo de Referência;

10.14. Possuir sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS, cuja comprovação deverá ser feita até 10 dias úteis após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão da base territorial de prestação dos serviços ser o município de Campo Grande/MS, e visa, dentre outros, viabilizar melhor execução contratual, reduzir custos relativos aos contatos entre o contratante e a contratada – interurbanos e correspondências, por exemplo);

10.15. Efetuar a inscrição da empresa perante o FISCO do município de Campo Grande/MS, cuja comprovação deverá ser feita até 10 dias úteis após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão da base territorial de prestação dos serviços ser o município de Campo Grande/MS, e visa viabilizar o recolhimento dos tributos municipais devidos pela prestação dos serviços);

10.16. Em vista da previsão de encaminhamento automático de mensagens eletrônicas pelo sistema de gerenciamento de contratações adotado pelo TRE/MS, a contratada deverá informar pelo menos 2 (dois) contas de e-mail válidas, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente os e-mails, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

10.16.1. A substituição do endereço eletrônico utilizado pelo proposto/responsável da contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VESTUÁRIO DO PROFISSIONAL

11.1. O(s) profissional(is) prestador(es) dos serviços objeto desta contratação deverá(ão) comparecer ao local de prestação dos serviços observando o padrão de vestuário indicado nos quadros abaixo.

EVENTO (USO)	VESTUÁRIO
Sessões plenárias e demais eventos	Camisa, social, manga longa, em tecido de algodão, poliéster ou similar, de cor discreta (creme, branca, azul clara, etc.)
	Calça social, em tecido de Oxford, microfibra ou similar, na cor preta ou azul escura
	Par de sapatos, tipo social, com ou sem cadarço, cor preta.

	Par de meias, cor preta ou azul
	Cinto, modelo social, na cor preta, com fivela discreta

EVENTO (USO)	VESTUÁRIO
Sessões solenes	Camisa, social, manga longa, em tecido de algodão, poliéster ou similar, de cor discreta (creme, branca, azul clara, etc.)
	Calça social, em tecido de Oxford, microfibra ou similar, na cor preta ou azul escura
	Par de sapatos, tipo social, com ou sem cadarço, cor preta.
	Par de meias, cor preta ou azul
	Cinto, modelo social, na cor preta, com fivela discreta
	Terno/paletó em tecido Oxford ou similar, na cor azul escura ou preta (combinando com a cor da calça social)
	Gravata em tecido 100% poliéster ou 100% seda, cor discreta, lisa ou listrada (sem estampas)

11.2. Não será admitido o uso de vestuário rasgado, manchado, furado, encardido, etc.

11.3. Além do vestuário, o(s) profissional(is) prestador(es) de serviços deverão portar, continuamente e em local visível, crachá de identificação, fornecido pela contratada, não sendo admitida a permanência no local de trabalho de profissional sem o crachá.

11.4. A inobservância do uso do vestuário exigido e do crachá será objeto de registro no Acordo de Nível de Serviços - ANS, sem prejuízos das demais sanções administrativas cabíveis à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

12.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

12.3. Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

- de **0,05%** (meio décimo por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, devido a **falha na comunicação** entre a contratada e o TRE/MS, **decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico**;
- de **1%** (um por cento) por dia de **atraso no início dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- de **3%** (três por cento) por ocorrência, no **atraso/suspensão/paralisação na prestação dos serviços**, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 2 requisições/chamado de tarefa. Após a terceira falha, a multa diária passará a 4% até o quinto dia; após o quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira assinar qualquer termo** de alteração ou aditivo que seja considerado **obrigatório**, na forma prevista em Lei;
- de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e do encaminhamento do documento imprescindível** para pagamento;

f) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização, sem prejuízo das glosas previstas no Acordo de Nível de Serviço.

g) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

12.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

12.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 12.3.2 e 12.3.3 abaixo;

12.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

12.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

12.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

12.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

12.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

12.5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

12.6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

12.6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

12.6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

12.7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco)

dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

12.7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

12.8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 12.6.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Por **ato unilateral**, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93;
- c) **Amigável**, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- d) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

14.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso às informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

14.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.

14.4.1. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

14.5. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xxx de xxxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx
Representante legal da empresa
xxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 27/02/2020, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0796428** e o código CRC **F076F702**.

0003219-74.2019.6.12.8000

0796428v5